



Recebido em: 13/07/2020

Aceito em: 10/09/2020

**DEVOLVEI A CÉSAR O QUE PERTENCE A CÉSAR:
A VIDA INCÔMODA DE UM CAMPONÊS GALILEU FRENTE A ROMA**

**RETURN TO CAESAR WHAT BELONGS TO CAESAR:
THE UNCOMFORTABLE LIFE OF A GALILEO PEASANT IN FRONT OF ROME**

Doutorando Hamilton Castro da Silva¹

PUC Goiás

<http://lattes.cnpq.br/8942233603194149>

Resumo: Este artigo procura apresentar o ambiente sócio-histórico da Palestina no século I, no qual viveu Jesus de Nazaré, a fim de perceber seus impactos na *práxis* de Jesus, especificamente em relação à tributação romana. Observaremos as elites dominantes, representadas pelo Império Romano, pela família de Herodes e pelos sumos sacerdotes do Templo em Jerusalém. Estas elites, mediante um sistema de patronagem, exerciam forte dominação econômica por meio de uma alta carga tributária sobre os camponeses. Com isto, produziam, dentro do ambiente do campesinato, grande endividamento, perda das propriedades e desestruturação da família. Portanto, o Jesus histórico é o resultado e uma proposta de solução para uma situação de exploração econômica nas aldeias rurais e vilas da Palestina no século I. Este artigo procura apresentar a reação de Jesus de Nazaré aos impostos romanos, analisando o texto de Marcos 12,13-17, especificamente o dito de Jesus no v.17, que afirma: "Devolvi a César o que é de César e a Deus o que é de

¹ Doutorando e Mestre em Ciências da Religião (PUC-GOIÁS). Graduado em Ciências Sociais, História e Teologia. O autor pesquisa temas relacionados à Religião, Sociedade e Cultura, especialmente, Ciência da Religião. Orientando da professora Doutora Ivoni Richter Reimer. E-mail: hamilton.sociologia@gmail.com.

Deus". A pesquisa mostra que este dito indica que Jesus assumiu uma postura crítica em relação ao pagamento de impostos aos romanos, em favor da remoção das moedas do Império Romano das terras de Israel.

Palavras-chave: Jesus, Camponeses, Impostos, Banditismo e Roma.

Abstract: This article seeks to present the socio-historical environment of Palestine in the first century, in which Jesus of Nazareth lived, in order to understand its impacts on Jesus' praxis, specifically in relation to Roman taxation. We will observe the dominant elites, represented by the Roman Empire, the family of Herod and the high priests of the Temple in Jerusalem. These elites, through a patronage system, exercised strong economic domination through a high tax burden on peasants. With this, they produced, within the peasantry environment, great indebtedness, loss of properties and family breakdown. Therefore, the historical Jesus is the result and a proposed solution to a situation of economic exploitation in rural villages and towns in Palestine in the 1st century. This article seeks to present Jesus of Nazareth's reaction to Roman taxes, analyzing the text of Mark 12 , 13-17, specifically Jesus' saying in v.17, which states: "Give back to Caesar what is Caesar's and to God what is God's". Research shows that this saying indicates that Jesus took a critical stance in relation to paying taxes to the Romans, in favor of removing the coins of the Roman Empire from the lands of Israel.

Keywords: Jesus, Peasants, Taxes, Banditry and Rome.

INTRODUÇÃO

Do ponto de vista histórico, a Palestina durante o século I estava sob a dominação imperial romana. Neste contexto, os camponeses foram submetidos a um sistema de taxação exploratório que visava custear e manter um tríplice sistema de poder, representado primeiramente pelo imperador romano, posteriormente pela elite sacerdotal do templo de Jerusalém, sendo o Sumo Sacerdote, sua figura política e religiosa de maior destaque e por último o rei cliente de Roma, o Herodes.

A Palestina no século I torna-se assim, um ambiente 'explosivo', onde podemos observar vários movimentos populares de resistência contra a exploração provocada pelos altos impostos, gerando empobrecimento e endividamento no ambiente do campesinato. Dentre estas resistências encontramos o banditismo social e o zelotismo nacionalista que surgiram como movimentos populares que procuravam apresentar um novo paradigma social construído a partir da terra livre de qualquer dominação estrangeira, objetivando o resgate de sua identidade construída a partir do contato com a terra.

A partir deste quadro histórico, a reação de Jesus de Nazaré aos impostos romanos pode ser observada na perícopa de Marcos 12,13-17, quando analisamos o dito de Jesus no v.17, que afirma: "Devolvei a César o que é de César e a Deus o que é de Deus". Qual seria o significado da resposta de Jesus aos herodianos neste cenário de expropriação de terra, endividamento, empobrecimento e desestruturação da família? Qual teria sido a atitude de Jesus diante dos cobradores de impostos romanos? É possível traduzir este dito de outra forma?

Para responder essas perguntas, partimos da seguinte hipótese; a atitude do Jesus histórico com relação aos impostos romanos, é motivada por um zelo nacionalista, fundamentado na afirmação bíblica da Torá, que reza: "a terra [Israel] é minha: diz o Senhor" (Levítico 25,23). Jesus de Nazaré, orientado por este zelo escriturístico e nacionalista, apresenta uma proposta ética pautada nas tradições proféticas e apocalípticas, confrontando o controle tirano e o abuso de poder por parte do Império Romano e suas estruturas de patronagem e controle sobre povos marginalizados e invisibilizados por uma elite aristocrática e dominadora.

A PALESTINA E A TRIBUTAÇÃO ROMANA NO SÉCULO I

Roma administrava seu Império e as fronteiras, por meio da *Pax Romana*, de acordo com Wengst, "a Pax Romana é a paz querida politicamente pelo imperador e seus funcionários mais altos, estabelecida e garantida militarmente pela

intervenção das legiões” (1991, p. 22). Ou seja, a *Pax Romana*², seria uma paz armada representada por um Estado hierárquico, militar e coercitivo. Tácito (55-120 d.C.) coloca na boca do chefe do exército romano, Cerialis, as seguintes orientações:

[...] Embora tenhamos sido provocados tantas vezes, fizemos tal uso do direito dos vencedores, que não vos impusemos nada mais do que servia para proteção da paz. Pois não pode haver tranquilidade entre os povos sem o poder das armas, não pode haver poder das armas sem o pagamento do soldo e não pode haver pagamento do soldo sem tributos. Todo o resto tem em comum [...]. Se os romanos forem expulsos do país, que os deuses nos livrem disso, que poderá haver a não ser a guerra de todos os povos entre si? [...] Assim, doai o vosso coração e a vossa veneração... à paz e à capital do Império. Que as experiências [...] vos previnam de dar preferência à teimosia ruinosa em lugar de dar à obediência e à segurança (TÁCITO *apud* WENGST, 1991, p. 36).

Os romanos, no seu período de expansão, procuravam dominar ou fazer alianças com os povos das nações vizinhas, os conquistados poderiam receber tratamentos diversos a partir dos interesses de manutenção de poder do Império Romano (CROSSAN, 1995). Essas relações de dominação eram organizadas na perspectiva do patronato social que “era a principal forma de relações de poder no Império Romano e permeava todas as esferas da sociedade mediterrânea” (FILHO, 2015, p. 123).

Assim, após a ocupação romana, os funcionários do Império Romano colonizavam a maioria das cidades que passavam a funcionar como colônias mediante distribuição de terras para pessoas, que em sua maioria eram os militares que se encontravam na reserva. Esses militares recebiam, por parte do Império, pequenas propriedades rurais, antes habitadas por pessoas que foram escravizadas (RICHTER REIMER, 2006, p. 87). Nas palavras de José Adriano Filho:

As pessoas privadas de direitos civis na sociedade romana tinham acesso à esfera política somente através da ligação com um patrono; o cliente devia demonstrar gratidão na forma de lealdade, honras, elogios ou outros favores que o patrão exigisse (2015, p. 123).

Portanto, aqueles que colaborassem, recebiam direitos parciais ou totais de cidadania. Por outro lado, os derrotados que resistissem eram capturados e muitos eram vendidos como escravos, outros eram submetidos a várias formas de tributação instrumentalizadas pelo Império na forma de impostos e tributos como evidência de lealdade (FUNARI, 2002, p. 85). Assim, a situação econômica do povo

² “Augusto inaugurou este período de relativa paz interna que durou 250 anos (31 a.C. – 235 d.C.). Este período de relativa paz ficou conhecido como a ‘Pax Romana’ (FUNARI, 2002, p. 89).

judaico estava condicionada a determinadas relações de produção como agricultura, artesanato, comércio e atividade manufatureira e a administração que se impunha por meio de impostos que deveriam ser recolhidos e pagos ao Estado central, as potências estrangeiras e a elite sumo sacerdotal do templo (STEGEMANN; STEGEMANN, 2004, p. 117).

A partir desse quadro, podemos perceber que o controle romano da Palestina foi efetivado por meio da violência³. Posteriormente, ocorreu um prolongado período de disputas pelo poder. O domínio da região era disputado por partidos asmoneus rivais, pelos partos e por grupos rivais oriundos da guerra civil romana, que devastava o Mediterrâneo Oriental e a Itália (HORSLEY; HANSON, 2013, p. 43). Assim, logo depois de assumir o controle da Judeia, Roma passou a nomear e destituir o sumo sacerdote judeu, fazendo com que esta função se transformasse essencialmente em uma função de funcionário romano (CROSSAN, 2010). Roma procurava manter sob sua responsabilidade as vestes sagradas, entregando-as ao sumo sacerdote somente por ocasião das festas religiosas, sendo recolhidas no término do evento (ASLAN, 2013, p. 39).

Ao mesmo tempo, a intervenção de Roma objetivava implantar o apaziguamento por meio da violência e controle. A ligação da paz com o poder de administração militar foi expressa em duas frases do Augusto: “Em todas as províncias [...] que não obedeciam ao nosso comando (*império nostro*), expandi as fronteiras. Pacifiquei as províncias da Gália e da Espanha, bem como a Germânia” (*apud* WENGST, 1991, p.33). É nesta ‘paz’ que está em vigor o comando romano.

Após um governo bastante opressivo por parte dos reis clientes de Roma (Herodes e seus filhos), seguiu o domínio direto através de governantes estrangeiros, experiência que os judeus não tinham experimentado desde a conquista babilônica e persa (HORSLEY; HANSON, 2013, p. 43). Desta forma, no século I d.C., a atitude da aristocracia sacerdotal judaica estava direcionada para os privilégios que poderiam receber dos romanos. Em Jerusalém, a aristocracia fundiária funcionava como classe sacerdota (HORSLEY, 2004). Esta era composta por várias famílias ricas que mantinham o Templo.

Portanto, essas famílias ficaram encarregadas por Roma pela coleta de impostos e tributos e, assim, manter a ordem entre as pessoas da população que estavam cada vez mais inquietas com o *status quo*. Entretanto, vale ressaltar que

³ “Os poderosos exercem violência contra os povos. A finalidade desta violência é a manutenção da ordem constituída, na qual está claro quem dela tira proveito” (SCHOTTROFF *apud* WENGST, 1991, p. 82).

essas famílias da elite sumo sacerdotal eram ricamente recompensadas por Roma por este serviço (ASLAN, 2013, p. 39).

A situação econômica na Palestina do século I era complicada por várias questões. Uma delas é que nem todas as pessoas tinham condições de pagar esta alta quantidade de impostos e tributos, aliás, a grande maioria não tinha nenhuma condição de arcar com esta tributação, principalmente, os camponeses (CROSSAN, 1995). A consequência deste controle mediante impostos gerava consequentemente um alto endividamento, perda de terras e aumento da escravização de camponeses (HORSLEY; HANSON, 2013, p. 43; RICHTER REIMER, 2006, p. 138). Não satisfeitos, os romanos ainda exigiam dos seus inimigos vencidos, o reconhecimento das dívidas da terra. De acordo com Wengst:

O lucro que Roma auferia das províncias fazia-se de acordo com o Direito, a saber, de acordo com o direito dos vencedores. Os romanos exigiam sempre dos seus inimigos derrotados o reconhecimento das dívidas da guerra e, assim, o primeiro direito do vencedor é o direito ao espólio da guerra. Na sua descrição da Bretanha, Tácito constata que ela também tem ouro, prata e outros metais e acrescenta imediatamente: como prêmio da vitória. Os tesouros do solo não pertencem àquele que o habita e cultiva – os bárbaros sequer sabem exatamente o que fazer com eles – mas àquele que é superior, ao vencedor. Sobretudo o ouro exercia atração muito grande (1991, p. 46).

Os povos dominados perdiam tudo o que possuíam e precisavam arcar com as consequências indenizatórias dos gastos da guerra⁴. A dívida contraída com empréstimos acrescentava juros; o mesmo serve para dívidas contraídas por causa de impostos (CROSSAN, 2010). Isso quer dizer que com o aumento da dívida e dificuldade ou impossibilidade de quitação da dívida no prazo estabelecido, como consequência, haviam várias ameaças como tortura ou até mesmo a prisão (KOESTER, 2012).

Esta prisão poderia ser estendida aos membros da família, como filhas e filhos. O controle mediante mecanismos sociais de opressão, tinha consequências em várias relações sociais praticadas pelos agentes sociais naquele momento (MALINA, 2004). Mulheres, crianças e homens foram empobrecidos e sofreram violência, também psicológica, comprometendo suas demais relações na socialização em outros níveis de relação social (RICHTER REIMER, 2006, p. 140).

⁴ “O lucro que Roma auferia das províncias fazia-se de acordo com o Direito, a saber, de acordo com o direito dos vencedores. Os romanos ‘exigiam sempre dos seus inimigos derrotados o reconhecimento das dívidas de guerra’ e, assim, o primeiro direito do vencedor é o direito do espólio de guerra” (WENGST, 1991, p. 46).

Assim, “os subjugados eram massacrados ou escravizados e suas terras eram tomadas e divididas entre os romanos e seus aliados” (FUNARI, 2002, p. 85). Dessa forma, Roma mantinha seu controle mediante endividamentos que geravam cada vez mais novas formas de dominação. Para que isso funcionasse, o Império Romano procurava fazer aliança com as elites, aqueles que detinham posse de terras, inclusive as elites religiosas (RICHTER REIMER, 2006, p. 138). Estes, eram os sumos sacerdotes que controlavam o Templo de Jerusalém mediante o monopólio do sagrado.

Por outro lado, povos que faziam aliança com Roma, estavam interessados nos privilégios que poderiam obter por meio dessa relação, afinal, uma aliança com Roma incluía apoio de força militar (CROSSAN, 1995). De acordo com José Adriano Filho:

A proteção e apoio eram importantes para as associações e indivíduos, as relações eram basicamente assimétricas, o sistema operava em múltiplos estratos sócio-políticos, constituindo um meio importante de legitimar a ordem social e reforçar a ordem e hierarquias existentes (2015, p. 123).

Nessa perspectiva, alguns aliados tornavam-se cidadãos romanos, o que incluía o direito de votar. Contudo, isso não era tão importante, já que as assembleias eram majoritariamente controladas pela nobreza e o voto deveria ser realizado pessoalmente na cidade de Roma. Assim, a tática de tratar de forma desigual os povos, principalmente os derrotados, era bastante útil para Roma, porque dificultava a organização dos povos para se rebelarem contra o Império Romano (FUNARI, 2002, p.85).

Ainda sobre a desigualdade acerca do tratamento por parte dos romanos, percebemos que Tácito procurou elaborar um discurso proferido pelo bretão de Cálgaco, informando acerca da periculosidade dos romanos, antes de uma batalha contra as tropas de Agrícola, observe:

Estes salteadores do mundo revolvem o próprio mar, depois que mais nenhum país se oferece a suas descrições; quando o inimigo é rico, são cobiçosos; quando é pobre, procuram a fama; nem o Oriente, nem o Ocidente os saciou; são os únicos que cobiçam riqueza e pobreza com igual avidez. Saquear, assassinar, assaltar, tudo isso eles designam com o nome falso de soberania (*imperium*), e onde criam um deserto, dão-lhe o nome de paz. Filhos e parentes são para todos os homens, segundo a vontade da natureza, o que há de mais precioso; eles são-nos tirados por recrutamentos para fazerem trabalhos de escravos noutros lugares; mulheres e irmãs, mesmo que tenham escapado à cobiça do inimigo, são violentadas por aqueles que se acham amigos e hóspedes. Os bens transformam-se em impostos, o resultado anual dos campos torna-se contribuições de cereais; os nossos corpos e as nossas mãos, são massacrados com golpes e vitupérios na construção de estradas através de florestas e pântanos. Escravos, nascidos para a servidão,

são vendidos uma vez e então são alimentados pelos seus senhores; a Bretanha compra de novo cada dia a escravidão e ela própria alimenta diariamente (TÁCITO *apud* WENGST, 1992, p. 78).

Portanto, a partir destas informações, podemos perceber que o controle imperial era exercido por meio de um forte controle sobre a terra, por meio de uma política fundiária (FREYNE, 2008). A violência tomava várias formas: “sabemos que todos povos subjugados sofriam essa prática violenta expressa em várias formas. Dívidas, escravidão, espancamentos, trabalhos forçados e processos de empobrecimento” (RICHTER REIMER, 2006, p. 139).

Quando Roma conquistava uma região, a distribuição das terras estava vinculada aos interesses romanos. Isto é, os imperadores confiscavam as terras da população do campo, geralmente devido a dívidas contraídas devido a impossibilidade de pagamento de impostos, e as ‘presenteavam’ a funcionários e aliados leais (JEREMIAS, 2005). Os maiores latifundiários eram os militares aposentados, amigos, senadores e cavaleiros. As pessoas que ocupavam estas classes sociais eram os maiores possuidores de terras em Roma. Conseqüentemente, uma classe política controlava Roma, juntamente com as colônias romanas localizadas por todo o império (RICHTER REIMER, 2010, p.45).

Assim, as pessoas mais pobres dos povos conquistados, pertencentes ao estrato social dominado por uma elite, tinham de suportar diversos prejuízos, não podemos esquecer que, para fazer a guerra, soldados eram necessários e que precisavam ser custeados. O soldo dos militares era pago pelos cofres públicos que eram mantidos pelas províncias romanas e, de acordo com Tácito, “eles preferem para si o espólio da guerra ao soldo da paz” (*apud* WENGST, 1991, p. 47).

O sistema econômico romano era escravagista, pois se alimentava de diversas fontes, entre elas o endividamento. Aliado a esta prática, o sistema de dominação política era sustentado por arrecadação de impostos diversos e controle também das fronteiras (RICHTER REIMER, 2006, p. 138).

JESUS DE NAZARÉ E O BANDITISMO SOCIAL ANTI-REINADO

O período em que viveu Jesus de Nazaré foi caracterizado por vários movimentos de resistência, período marcado por uma forte oposição às elites dominantes⁵. Dessa maneira, muitas rebeliões “seguiram à morte de Herodes no ano 4 a.C. e a maciça revolta contra Roma em 66-70 d.C., seguida de uma

⁵ HORSLEY, Richard A. *Revolt of the scribes: resistance and apocalyptic origins*. Minneapolis: Fortress Press, 2010.

segunda grande revolta contra Roma em 132-135 d.C.” (HORSLEY; HANSON, 2013, p. 43). Uma forma de revolta e protesto violento à tirania romana foi o banditismo social⁶. Nas palavras de Hobsbawm:

O banditismo desafia simultaneamente a ordem econômica, a social e a política, ao desafiar os que têm ou aspiram a ter o poder, a lei e o controle dos recursos. Esse é o significado histórico do banditismo nas sociedades com divisões de classe e Estados (2015, p.22).

O banditismo social é oriundo de sociedades agrárias tradicionais, onde os camponeses são explorados por proprietários de terra e governadores, geralmente em ocasiões nas quais os camponeses estão em uma situação desfavorável e as elites no governo administram de forma ineficiente (HORSLEY; HANSON, 2013, p. 57). De acordo com Reza Aslan:

As pequenas chácaras familiares que durante séculos tinham servido como a principal base da economia rural foram gradualmente engolidas pelas grandes propriedades administradas por aristocracias, sob o brilho de recém-cunhadas moedas romanas. A rápida urbanização sob o domínio romano alimentou a migração interna em massa do campo para as cidades. A agricultura que tinha sustentado as parcas populações das vilas estava agora quase totalmente voltada para alimentar os inchados centros urbanos, deixando os camponeses rurais na fome e na miséria. O campesinato não só era obrigado a continuar pagando seus impostos e dízimos para o sacerdócio do Templo, como era forçado a pagar um tributo a Roma. Para os agricultores, o total dos encargos poderia chegar a quase metade do seu rendimento anual (2013, p.43).

Alguns anos após a conquista de Jerusalém pelos romanos, uma grande quantidade de camponeses despojados de suas terras e sem nenhuma condição de conceder alimentos a suas famílias, começou a migrar para as cidades em busca de trabalho⁷. Na Galileia, alguns agricultores tinham perdido suas terras, e decidiram trocar as ferramentas de trabalho por espadas e iniciarem uma revolta contra as elites dominantes (CROSSAN, 1995). Ainda nas palavras de Reza Aslan:

De seus esconderijos em cavernas e grutas da zona rural da Galileia, esses camponeses guerreiros lançaram uma onda de ataques contra a aristocracia judaica e os agentes da república romana [...]. Os romanos tinham um termo diferente para eles. Eles o chamavam de *lestai*. Bandidos (2013, p.44).

No auge do seu poder, o Império Romano entendia que o banditismo era normal nas áreas rurais e fronteiriças. Entretanto, quando a estrutura de poder é

⁶ “Na verdade, a palavra bandido provém do italiano *bandito*, que significa um homem ‘banido’, ‘posto fora da lei’” (HOBSBAWM, 2015, p. 26).

⁷ FREYNE, Sean. *Jesus, um Judeu da Galileia: nova leitura da história de Jesus*. Tradução de Élcio Verçosa Filho. São Paulo: Paulus, 2008.

instável, os bandidos procuram se conectar com aqueles que possam recompensá-los, como os sicários. “Como fenômeno de massa [...], o banditismo somente ocorre onde o poder era instável, estava ausente ou havia entrado em colapso” (HOBBSAWM, 2015, p. 22). Torna-se interessante observar que a “nossa análise das condições econômico-sociais que dão origem ao banditismo social podem servir simultaneamente como uma consideração das condições de outros movimentos populares judeus no tempo de Jesus” (HORSLEY; HANSON, 2013, p. 59).

Quando foram prender Jesus no jardim do Getsêmani, Jesus perguntou: “Vocês saíram com espadas e paus para me prender, como se eu fosse um bandido?” (Mc 14.48). Depois do seu julgamento, Jesus foi crucificado entre dois bandidos (Mc 15.27) (HORSLEY; HANSON, 2013, p. 57). Entretanto, devemos destacar que este banditismo passa por uma transição social do pré-político para um movimento nacional ou religioso. Com mais consciência, torna-se um banditismo social anti-reinado. De acordo com Stegemann e Stegemann:

A história da paixão dos evangelhos indica que igualmente Jesus de Nazaré foi situado nas proximidades do anti-reinado do banditismo social. Isso se evidencia sobretudo no interrogatório perante Pilatos (cf. Mc 15.1ss. e paralelos), na cena do escárnio (Mc 15.16ss e paralelos) e expressamente no título “rei dos judeus”, afixados na cruz (Mc 15.26 e paralelos) (2004, p. 208).

Essa aproximação de Jesus com o banditismo social anti-reinado, pode ser explicada, quando relacionados o banditismo com o messianismo (CROSSAN, 1995, p. 203-241). Assim, podemos entender porque Jesus foi preso e crucificado como se fosse um bandido por parte dos romanos (ASLAN, 2013). Havia uma relação entre a expectativa messiânica e o banditismo, ambos grupos revolucionários ansiavam a remoção das estruturas de dominação que por meio da política exerciam seu controle de poder, criando estruturas econômicas que produziam grande desigualdade social (CROSSAN, 1995; HOBBSAWM, 2015, p. 49).

Jesus de Nazaré ansiava pela mesma expectativa dos bandidos da Galileia, isto é, a terra pertencia ao Deus de Israel e não aos romanos, assim, do ponto de vista dos romanos, Jesus estaria na categoria de bandido social (HORSLEY; HANSON, 2013, p. 59). Nas sociedades de classe anteriores ao período do capitalismo moderno, a coerção física funciona de forma análoga com a manutenção do poder econômico (STEGEMANN; STEGEMANN, 2004). Assim, mecanismos de controle procuram se apropriar do excedente gerado por aqueles que adquiriram seus produtos a partir da terra (CROSSAN; REED, 2007, p.137-170).

Portanto, a coerção física está na base das receitas que os governos procuram extrair dos territórios controlados. A atitude contrária de pagar impostos passa a

ser um delito que pode ser punido com cerceamento da liberdade da pessoa, colocando-a no cárcere (HOBSBAWM, 2015, p. 27). Vimos que o Império Romano cobrava impostos sobre a compra e a venda de qualquer produto, até mesmo produtos que visavam atender às primeiras necessidades das pessoas (CROSSAN, 1994; NOGUEIRA, 2020, p. 52). Quando uma pessoa trazia algum produto para ser comercializado na cidade, deveria pagar uma taxa alfandegária, o *publicum* ou *portorium*, imposto cobrado sobre compra e venda (JEREMIAS, 2005). Este imposto foi introduzido pelos romanos com o objetivo de fiscalizar e arrecadar receita, acerca da importação e exportação nas divisas territoriais, nas estradas e nos mercados. A coleta destes impostos indiretos era realizada pelos publicanos (VOLKMANN, 1992, p. 52-53; WEGNER, 2006).

Além desses impostos indiretos, o Império Romano exigia também dois tipos de impostos diretos, o *tributum soli* ou *agri*, seria sobre a produtividade rural, que atingia principalmente os proprietários de terra (RICHTER REIMER, 2006). Este imposto deveria ser pago *in natura* ou em dinheiro, arrecadando um total de 20 a 25% da produção. O segundo imposto direto seria o *tributum capitis*, orientado por duas premissas, a primeira seria a taxa fixa de um denário para as mulheres com mais de 12 anos e dos homens com mais de 14 anos, ambos até atingirem 65 anos de idade; o segundo seria territorial de 1% sobre o valor (VOLKMANN, 1992, p. 53). Estes cobradores de impostos diretos são chamados de *decaprotos* (JOSEFO, Ant. XX 8.11).

Portanto, nossa análise procura demonstrar que os romanos cobravam impostos de todos os povos conquistados, também da Palestina no século I (MALINA, 2004). Assim, perguntamos, qual seria a posição de Jesus diante dessa situação econômica de exploração? É possível saber como ele se manifestou em relação aos tributos romanos? A resposta para essas perguntas pode ser extraída a partir do Evangelho de Marcos 12, 13-17, onde se lê o famoso texto: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. A resposta entre os pesquisadores se encontra dividida. Alguns estudiosos entendem que Jesus estava a favor do tributo; outros pesquisadores, contudo, entendem que a posição de Jesus de Nazaré era contrária ao pagamento. Vejamos o texto em questão para análise, uma tradução própria⁸ com base na versão grega:

12,13: Então lhe enviaram alguns dos fariseus e dos herodianos, para que o apanhassem através de uma palavra.

⁸ Tradução própria baseada na versão grega e comparada com a versão da Bíblia de Jerusalém e amparada nas exegeses feitas por Wegner (2006) e Richter Reimer (2012).

12,14: E, tendo chegado, lhes disseram:
Mestre, sabemos que és verdadeiro e não dás preferência a ninguém, pois não olhas as pessoas segundo as aparências; mas, baseado na verdade, ensinas o caminho de Deus. É autorizado pagar imposto a César ou não? Devemos ou não devemos pagar?

12,15: Ele, porém, percebendo a sua hipocrisia, respondeu-lhes:
Por que me tentais? Trazei-me um denário para que eu o veja.

12,16: E eles trouxeram. E perguntou-lhes:
De quem é esta imagem e inscrição?

Eles responderam: De César.

12,17: Então Jesus lhes disse:
Devolvei a César o que pertence a César, e a Deus o que pertence a Deus. E muito se admiraram dele.

Passemos agora a analisar a posição de Jesus de Nazaré diante da cobrança do imposto por parte dos romanos.

JESUS DE NAZARÉ FRENTE AO PAGAMENTO DO IMPOSTO ROMANO

O início da narrativa no texto de Marcos 12,13-17 apresenta os fariseus e herodianos interrogando Jesus. O conflito entre fariseus e o movimento de Jesus torna-se evidente a partir da década de 70 d.C, quando os cristãos tiveram a pretensão de ser a verdadeira voz do judaísmo⁹, causando conflito com outra seita judaica que também procurava ser a verdadeira voz do judaísmo, os fariseus. O grupo religioso dos fariseus passou por um grande desenvolvimento nas décadas de 80 e 90 d.C. (ARMSTRONG, 2007, p. 80).

Assim, é bastante provável que a inserção dos fariseus no texto de Marcos 12,13-17 indica um conflito posterior ao período de Jesus, possivelmente no ambiente das primeiras comunidades cristãs. Estas comunidades provavelmente entraram em disputa religiosa com os fariseus e para resolver esta disputa, o redator ou redatores do evangelho de Marcos adaptou a tradição acerca de Jesus para responder aos seus dilemas contemporâneos (ASLAN, 2013, p. 98-103).

De acordo com Gnilka, “a incumbência pelo Sinédrio, que deve ser deduzida do contexto mais amplo, dever-se-ia basear na redação de Marcos” (*apud* WENGST, 1991, p. 85). Assim:

⁹ Para um exposição sobre o judaísmo nos dias de Jesus: SANDERS, E.P. *Judaism: Practice and Belief*, 63 BCE-66 CE. Philadelphia: Trinity Press International, 1992.

O ponto de vista dos evangelhos sobre os fariseus é insuficiente e não permite ao leitor formar uma visão adequada nem desenvolver um posicionamento correto ou objetivo sobre essa corrente religiosa nos tempos de Jesus. São necessárias outras fontes, mais objetivas para uma melhor compreensão, inclusive dos próprios evangelhos (DE MIRANDA; SCHORR; MALCA, 2001, p. 82).

Nossa proposta de interpretação nesta perícopes, parte do pressuposto que a pergunta feita a Jesus deve ser entendida como cilada, todavia, esta cilada é oriunda do ambiente dos herodianos e não dos fariseus. Assim, não incorreremos em anacronismo histórico (HOBSBAWM, 2014). Portanto, os herodianos pretendiam colocar Jesus em uma situação desfavorável em relação ao povo ou em relação ao Império Romano. O ardil se encontra em Marcos 12,13-17: avançando até Jesus diante das pessoas presentes, eles perguntam: “É autorizado pagar imposto a César ou não? Devemos ou não devemos pagar?”.

Esta narrativa insere Jesus dentro de uma situação de impasse, que “também demonstra a sabedoria de Jesus na sua sutil e radical atitude de postura que interpretamos como revolucionárias naquela época” (RICHTER REIMER, 2010, p. 47). Dessa forma, Jesus percebeu a intenção dos seus adversários, sendo pouco provável que ele respondesse com um ‘não’ de forma clara e objetiva. Entretanto, ele também não responde à pergunta com um ‘sim’, pois essa resposta poderia lhe trazer impopularidade, ou seja, não seria coerente compreender a resposta de Jesus com um simples “sim” (WENGST, 1996, p. 86).

Assim, existem duas maneiras de escapar de perguntas com armadilhas. A primeira seria a ambivalência, isto é, apresentar algumas possibilidades de resposta com mais de uma interpretação. A segunda seria devolver a pergunta e apresentar propostas com novas elaborações. Nessa perspectiva, consegue-se reorientar o eixo da pergunta. Jesus utiliza os dois recursos diante de seus interlocutores (WEGNER, 2006, p. 122). Ele não responde univocamente e, com isso, a interpretação contempla a polissemia (NOGUEIRA, 2012, p.13-30).

Não podemos esquecer que o imposto direto cobrado por Roma era territorial, ou seja, deveria ser pago essencialmente na forma de frutos da colheita, principalmente o cereal; um outro tributo era o pessoal, em que cada adulto que possuísse bens deveria pagar este imposto (JEREMIAS, 2005). Foi justamente a introdução deste imposto que fez surgir os zelotas, que faziam oposição aberta aos romanos e que posteriormente se organizaram e participaram na guerra judaica (66-70 d.C.) (ASLAN, 2013).

Como vimos, os impostos estavam diretamente relacionados à terra, às profissões, às desapropriações oriundas de endividamentos que tinham como

resultado a escravização das esposas, filhas e filhos (NOGUEIRA, 2020, p. 37). Jesus conhecia de perto essas questões. Na interpretação desta perícopes, Richter Reimer (2010, p. 48) esclarece que:

Uma das grandes tradições teológicas do povo judeu foi a confissão e a reivindicação de que a terra é de Deus, o povo de Israel é povo santo de Deus. A terra é o “estrado de seus pés” (At 7,49; Mt 5,35 relendo Is 66,1). Como consequência, pode-se entender que Jesus reivindicou sutilmente que a terra de Deus, dada a seu povo, fosse liberta e que, uma vez desocupada, fosse devolvida ao seu povo. Este poderia ser, então, um abafado grito por independência e autonomia da Terra Santa que é de Deus e, portanto, também símbolo de identidade do povo de Deus.

Há que se considerar que, muitos judeus camponeses na Palestina do século I estavam áridos(as) por este grito de libertação (CHEVITARESE; CORNELLI, 2010; CROSSAN, 1994). A terra de Israel e o seu povo pertencem somente a Deus! Aqui está o símbolo de identidade deste povo, sua terra! A partir desta afirmação radical, os zelotas passaram a se recusar a pagar impostos. Este contexto que está na base da pergunta feita a Jesus (WENGST, 1996, p. 86). De acordo com Aslan:

Essa não é uma pergunta simples, claro. É o teste essencial do pertencimento à crença zelota. Desde a revolta de Judas, o Galileu, a questão de saber se a lei de Moisés permitia pagar tributos a Roma tornou-se a característica distintiva dos que aderiram aos princípios zelotas. O argumento era simples e entendido por todos: a demanda de tributos por Roma demonstrava nada menos do que uma reivindicação de propriedade sobre a terra e seus habitantes. Mas a terra não pertencia a Roma. A terra pertencia a Deus. César não tinha direito a receber tributo, porque não tinha direito à terra. Ao perguntar a Jesus sobre a legalidade do tributo a Roma, as autoridades religiosas estavam fazendo-lhe uma pergunta totalmente diferente: você é ou não um zelota? (2013, p.100).

Conforme mencionamos acima, na tradição judaica, foi desenvolvida uma perspectiva religiosa que coloca Deus como dono da terra, que “atua na família, em favor dela e dos mais frágeis (escravos e crianças)” (SCHWANTES, 2010, p. 13). Este Deus coloca o seu coração ao lado das pessoas injustiçadas, que sofrem opressão causada pela ganância dos detentores de poder, no caso, pela exploração da terra e seu povo. Dessa maneira, Jesus não apenas questiona a prática dos impostos, mas também a política fundiária e própria ocupação da terra santa por poderes estrangeiros (RICHTER REIMER, 2010).

Jesus direciona uma pergunta aos seus questionadores que, na sua elaboração, tem por base o questionamento do “coração que sustenta o Império Romano! Atentar contra a terra de Deus é atentar contra a vida de todas as suas criaturas, inclusive contra o próprio Deus” (RICHTER REIMER, 2010, p. 48). Portanto, Jesus reage à pergunta, pedindo aos seus interlocutores que lhe mostrassem um denário,

a moeda romana do imposto, “símbolo visível do poder e da soberania romanos” (WENGST, 1991, p. 86; RICHTER REIMER, 2008, p. 144-152).

De um ponto de vista histórico, a interpretação que entende Jesus no texto de Marcos, devolvendo a pergunta para os seus interlocutores e apresentando novas questões é que, mais encontra aceitação entre os pesquisadores. Ela se fundamenta no fato de, que, entre a pergunta apresentada pelos herodianos no v.14 e a resposta de Jesus no v.17, encontra-se dois versículos, nos quais é inserida uma pergunta relacionada ao denário romano (vv.15-16) (WEGNER, 2006, p. 123):

V. 15: Ele, porém, percebendo a sua hipocrisia, respondeu-lhes:

Por que me tentais? Trazei-me um denário para que eu o veja.

12,16: E eles trouxeram. E perguntou-lhes:

De quem é esta imagem e inscrição?

Eles responderam: De César.

Que sentido teria essa solicitação de Jesus pela apresentação de um denário da parte dos seus interlocutores? Uma possível resposta é que a utilização do denário romano por parte dos adversários aponta para a hipocrisia na elaboração de sua própria pergunta (WERNER, 2006, p. 123; WENGST, 1991, p. 87; RICHTER REIMER, 2010).

Pesquisadores entendem que o denário apresentado a Jesus era o denário imperial, moeda confeccionada por ordem do imperador Tibério na cidade de Lugdunum, em cuja efígie estava a face de Tibério (WEGNER, 2006, p. 123). Nela constava em latim a inscrição identificatória:

TI. CAESAR DIVI – AVG.F.AVGSTVS, por extenso: *TIBERIUS CESAR DIVI AUGUSTI FILIUS AUGUSTUS*, ou seja:

TIBÉRIO CÉSAR, AUGUSTO, FILHO DO DIVINO AUGUSTO.



Moeda com a efígie do imperador Tibério, “Filho de do Divino Augusto”.

Fonte:

https://www.google.com.br/=Moeda+com+a+efigie+do+imperador+Tibério,+“Fiugusto&rlz=1CHZL_pt3&source=Inms&tbn=isch&sa=X&ve

A pergunta feita por Jesus: “De quem é a imagem e a inscrição?” desloca a reflexão para a questão da pertença da moeda. A imagem da moeda e também à inscrição faz referência a ele. Portanto, a moeda do denário é propriedade do César, pertence a ele, pois tem o seu nome e sua imagem. A resposta-pergunta de Jesus direciona a atenção para a propriedade e, com isso, a formulação recebe sentido teopolítico: “o que é de César devolvi-o a César e o que é de Deus, devolvi-o a Deus” (WENGST, 1991, p. 87; RICHTER REIMER, 2010, p. 47-50).

Assim, a moeda é propriedade de César. Este seria o foco que Jesus quis dar na sua pergunta. “Uma moeda cunhada de alguém pertence a esse alguém” (WEGNER, 2006, p. 125). Nesta resposta de Jesus, encontramos uma declaração clara sobre onde, deve se situar o debate. A questão que Jesus, camponês galileu, quis colocar na discussão era “a soberania de Deus sobre a terra” (ASLAN, 2013, p. 101), visto que “a realidade do poder romano é captada aqui por Jesus na forma do dinheiro romano” (WENGST, 1991, p. 89). Dessa maneira as palavras de Jesus podem falar por si. O que, porém, significa “devolvi a César o que é de César”?

Numa perspectiva histórica e na exegese do texto grego, percebe-se na utilização dos verbos entre a pergunta (v.14) e resposta (v.17). Herodianos usam o verbo *dídomi*, no sentido de “dar”/“pagar” tributo a César. Entretanto, na sua resposta, Jesus usa o verbo *apodídomi*, e essa modificação é central, pois significa “devolver”: “Devolvi (*apodídomi*) a César o que pertence a César” (WEGNER, 2006, p. 126; ASLAN, 2013, p. 101; RICHTER REIMER, 2010, p. 47-50).

Este verbo grego composto pelo prefixo *apó*, que é uma preposição que, funciona com o significado de “retorno” (ASLAN, 2013, p. 101). *Apodídomi* é usado quando se paga a alguém uma propriedade sobre a qual se tem dinheiro; a palavra indica que a pessoa que recebe o pagamento é o proprietário legítimo da coisa que está sendo paga. Dessa forma, de acordo com Jesus, César tem o direito de receber de volta a moeda do denário, não porque ele é merecedor do tributo, mas porque a moeda é dele, já que no denário estava o seu nome e a sua imagem. “Deus não tem nada a ver com isso [...], Deus tem o direito de ‘receber de volta’ a terra que os romanos tomaram para si, porque é a terra de Deus: ‘A terra é minha’, diz o Senhor (Levítico 25.23). César não tem nada a ver com isso” (ASLAN, 2013, p. 101). De acordo com Richter Reimer:

Esta dinâmica do poder do mercado fez com que Jesus radicalizasse sua opção: as moedas com as inscrições de César são de César e foram feitas para pagar tributo. É por isso que elas devem ser devolvidas a ele. Junto com isso, porém, também deve ser devolvido a Deus o que é de Deus. E esta é questão! O que, afinal, era de Deus? (2010, p.48).

O que pertence a Deus? A terra! “Afirmar a pertença e o acesso à terra era garantir a identidade cultural do povo também por meio do vínculo histórico com seus antepassados” (RICHTER REIMER, 2010, p.51). Portanto, “para o judaísmo [...] a terra de Israel tinha outro ‘dono’, a saber, Deus, como afirma Dt 19,5: ‘Toda a terra é minha’” (WEGNER, 2006, p. 128). O chão da Palestina, assim como o povo que ali habitava, não poderia servir a um outro senhor (WENGST, 1991, p.86). Dessa maneira, na resposta de Jesus, as palavras: “Devolvi a César as coisas de César”, referem-se exclusivamente às moedas romanas¹⁰. Entretanto, essa atitude de Jesus não será tolerada por muito tempo.

Assim, durante a noite, enquanto ele estava orando, os principais sacerdotes com a polícia do Templo o localizam no Jardim do Getsêmani. Jesus é preso e conduzido às autoridades e considerado como perturbador da *Pax Romana*¹¹. Jesus foi acusado de querer destruir o templo: “Nós o ouvimos dizer: ‘Eu vou derrubar este Templo feito por mãos humanas e em três dias edificarei outro’ (Mc 14,58) (CASTRO, 2019; EHRMAN, 1999). É que antes desse episódio, Jesus ameaçou publicamente, dizendo que “nem uma pedra será deixada sobre outra, tudo vai ser derrubado” (Mc 13,2) (ASLAN, 2013, p. 167). Como vimos, o Templo era o principal símbolo do controle romano sobre a Judeia (CORNELLI, 2010; VOLKMANN, 1992).

Corroborando com essa interpretação, em Lc 23,2, Jesus também foi acusado de proibir o pagamento do imposto a Roma, uma acusação que Jesus não nega (ASLAN, 2013, p. 102). Além disso, ele também foi acusado de se declarar rei dos judeus. Por que Jesus não negou esta acusação diante de Pilatos? De acordo com Ehrman:

Ele era um apocalíptico que acreditava que em breve Deus interviria no curso da história humana para destruir os romanos e todos os que se opunham a ele, antes de estabelecer seu reino na terra. Jesus seria o escolhido para sentar no trono. [...] Jesus

¹⁰ “[...] a cena descrita tem que ter-se verificado na Judeia. No tempo de Jesus, só lá é que a questão do pagamento de impostos ao imperador podia ser proposta com sentido; pois lá era cobrado o imposto imperial, mas não na Galileia. Após a deposição do filho de Herodes, Arquelau, do cargo de etnarca da Judeia, Samaria e Idumeia, esta região foi submetida, no ano 6 d.C., a um procurador romano da classe dos cavaleiros, que estava submetido à supervisão do legado da província da Síria. Este ordenou um censo principalmente num imposto territorial, que devia ser pago essencialmente na forma de uma parte dos frutos da colheita, sobretudo com cereal; e um imposto pessoal, que cada adulto, que possuía bens ou entradas está ligado o surgimento do movimento dos zelotas, que opunha luta aberta aos romanos e que desembocou, por fim, na guerra judaica, 66-70 d.C. Na cobrança do imposto documentava-se a pretensão romana de soberania sobre o país e sobre o povo” (WENGST. 1991, p. 86).

¹¹ Acerca das várias dimensões da *pax romana*, Wengst (1991) ainda continua sendo leitura obrigatória e fundamental para quem pesquisa o Novo Testamento e seu contexto.

difícilmente poderia negar que era o rei dos judeus, já que estava convencido disso (2014, p.320).

Podemos concluir que as razões da prisão e execução de Jesus por mais elaboradas e lendárias que sejam as narrativas da Paixão nos evangelhos (CASTRO, 2019; MEIER, 1993), tem pois matiz teopolítica, pois, Jesus foi executado como um líder popular, considerado politicamente perigoso (CORNELLI, 2009, p. 49). Sua prisão ocorreu inicialmente pela aristocracia sacerdotal, isto é, a elite do Templo em Jerusalém (VERMES, 2007, p. 107-112), que o entregou ao procurador romano, Pôncio Pilatos, portanto, representante do imperador na Palestina. Este era um procedimento padrão dentro das províncias, sendo que as autoridades locais eram responsáveis pela prisão de perturbadores (MALINA, 2004).

Do ponto de vista do Império Romano, a crucificação era uma demonstração pública do que poderia ocorrer, quando alguém desafiava Roma, sendo destinada exclusivamente para crimes de perspectiva política: rebelião, sedição, traição e banditismo (WENGST, 1991, p. 10). Dessa maneira, do ponto de vista histórico, por mais incerto que sejam as narrativas dos processos de julgamento que ocorreram no Sinédrio e na corte de Pilatos, elas contêm as principais acusações contra Jesus. A primeira, ameaçar destruir o Templo; a segunda, proibir dar tributo a César e a terceira, afirmar ser um rei messiânico (HORSLEY, 2010, p. 249). Estas acusações, no contexto, podem ser consideradas históricas e explicam o motivo de sua morte.

Foi assim, numa colina sem árvores, coberta de cruces, com gemidos de vários criminosos que agonizavam com muitos corvos voando sobre suas cabeças esperando para se alimentarem, que Jesus de Nazaré recebeu o mesmo fim de seus antecessores pretendentes messiânicos, profetas apocalípticos e bandidos que vieram antes e depois dele. “Só que, ao contrário dos outros, esse não seria esquecido” (ASLAN, 2013, p. 178).

CONCLUSÃO

Procuramos apresentar que o ambiente de exploração dos bandidos sociais e dos zelotas nacionalistas na Palestina no século I é o ambiente necessário para se compreender a partir dos procesos histórico-culturais, Jesus de Nazaré, no seu lugar social de enfrentamento contra Roma. O estudo do banditismo social e do campesinato da Palestina nos aproxima de uma melhor compreensão das atitudes zelosas do Jesus histórico com relação aos impostos cobrados por parte do Império Romano. Entendemos que as mesmas motivações dos bandidos sociais e dos zelosos nacionalistas podem ser relacionadas com as motivações teopolíticas do

Jesus histórico, que em determinado momento, utilizou de violência moderada contra a aristocracia judaica no Templo de Jerusalém e posteriormente se recusou a pagar impostos ao imperador romano César Tibério, conforme a prática dos zelotas. O fato de Jesus de Nazaré ter sido preso como um bandido social, posteriormente acusado de sedição e finalmente ter sido crucificado e morto ao lado de bandidos, aponta para este tipo de relação.

Para Jesus, as elites romanas e a aristocracia do Templo em Jerusalém mantinham seus *status quo* mediante exploração dos pobres. Assim, a partir da pauta apocalítica, o Jesus histórico defendia que em breve essa situação seria invertida. Como apocalíptico, Jesus acreditava que em breve Deus interveria no curso da história para destruir os romanos e todos aqueles que se opunham a ele.

Pelo exposto, este artigo visa contribuir com estudos bíblicos e históricos por meio de referenciais teóricos e perspectivas que auxiliem na compreensão de textos complexos como o de Marcos 12,13-17. Para tal, apoiamos-nos em pesquisas interdisciplinares, como as do Jesus Histórico e exegético-hermenêuticas, a fim de melhor perceber o contexto conflitivo a partir do qual e no qual Jesus atuava. O resultado permite compreender a ação de Jesus em relação aos impostos romanos como de não concordância, com base em seu zelo escriturístico, que afirma ser Deus o soberano sobre a terra que pertence unicamente a Ele: Israel e seu povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARMSTRONG, Karen. *A Bíblia: uma bibliografia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- ASLAN, Reza. *Zelota: a vida e a época de Jesus de Nazaré*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulinas, 1986.
- CHEVITARESE, André; CORNELLI, Gabriele (Orgs). *A descoberta do Jesus histórico*. São Paulo: 2.ed. Paulinas, 2010.
- CHEVITARESE, André; CORNELLI, Gabriele; SELVATICI, Mônica (Orgs). *Uma outra história: Jesus de Nazaré*. São Paulo: Annablume, 2006.
- CORNELLI, Gabriele. Morte e vida "severina" de Jesus: um camponês galileu na "cruz" da história. In: CHEVITARESE, André; CORNELLI, Gabriele, *A descoberta do Jesus histórico*. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 39-55.
- CROSSAN, John Dominic. *O Jesus Histórico: a vida de um Camponês no Mediterrâneo*. Tradução de André Cardoso. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- _____. *Jesus: Uma Biografia Revolucionária*. Tradução de Júlio Castañon Guimaraes. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- _____. A vida do Jesus histórico. In: CHEVITARESE, André e CORNELLI, Gabriele, *A descoberta do Jesus histórico*. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 13-30.
- CASTRO, Hamilton. *Devolvei a César o que pertence a César: a vida incômoda de um camponês galileu frente a Roma*. São Paulo: Fonte Editorial. 2019.
- CROSSAN, John Dominic; REED, Jonathan L. *Em busca de Jesus: Debaixo das pedras, atrás dos textos*. Tradução de Jaci Maraschin. São Paulo: Paulinas, 2012.

- EHRMAN, Bart D. *Jesus: Apocalyptic Prophet of the New Millenium*. Oxford University Press, 1999.
- _____. *Jesus existiu ou não?* Rio de Janeiro, Agir. 2014.
- FILHO, Adriano José. Patronato Social e Política do Império nos Atos dos Apóstolos. In: NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza. *Apocrificidade: o cristianismo primitivo para além do cânon (Org)*. São Paulo: Fonte Editorial, 2015. p. 121-137.
- FREYNE, Sean. *Jesus, um Judeu da Galileia: nova leitura da história de Jesus*. Tradução de Élcio Verçosa Filho. São Paulo: Paulus, 2008.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma: vida pública e vida privada, cultura, pensamento, mitologia, amor e sexualidade*. São Paulo: Contexto, 2002.
- HANSON, John S; HORSLEY, Richard A. *Bandidos, Profetas e Messias: Movimentos populares no tempo de Jesus*. São Paulo: Paulus. 2013.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. Tradução de Cid Knipell Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. *Bandidos*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. São Paulo: 4.ed. Paz e Terra, 2015.
- HORSLEY, Richard A. *Arqueologia, História e Sociedade na Galileia: O contexto social de Jesus e dos rabis*. São Paulo: Paulus, 2000.
- _____. *Jesus e o império: o reino de Deus e a nova desordem mundial*. Tradução de Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2004.
- _____. *Jesus e a Espiral da Violência: resistência judaica popular na Palestina Romana*. São Paulo: Paulus, 2010.
- _____. *Revolt of the scribes: resistance and apocalyptic origins*. Minneapolis: Fortress Press, 2010.
- JEREMIAS, Joachim. *Jerusalém no Tempo de Jesus: pesquisas de história econômico-social no período neotestamentários*. Tradução de M. Cecília de M. Duprat. São Paulo: Paulus, 2005.
- KOESTER, Helmut. *Introdução do Novo Testamento V. 1. História, cultura e religião do período helenístico*. Tradução de Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2012.
- _____. *Introdução do Novo Testamento V. 2. História e literatura do cristianismo primitivo*. Tradução de Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2012.
- MALINA, Bruce J. *O Evangelho Social de Jesus: o reino de Deus em perspectiva mediterrânea*. São Paulo: Paulus, 2004.
- MEIER, John P. *Um judeu marginal: repensando o Jesus histórico*. Rio de Janeiro: Imago, v. 1, 1993.
- NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza. Religião como texto: contribuições da semiótica da cultura. In: NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza (Org). *Linguagens da Religião: desafios, métodos e conceitos centrais*. São Paulo: ANPTECRE/Paulinas, 2012, p. 13-30.
- _____. *Apocrificidade: o cristianismo primitivo para além do cânon (Org)*. São Paulo: Fonte Editorial, 2015. p. 121-137.
- _____. *Breve História das Origens do Cristianismo*. São Paulo: Santuário, 2020
- RICHTER REIMER, Ivoni. *Terra e Água na Espiritualidade do Movimento de Jesus: contribuições para um mundo globalizado*. São Leopoldo: Oikos; Goiânia: PUC, 2010.
- _____. Perdão de dívidas em Mateus e Lucas – Por uma economia sem exclusões. In: RICHTER REIMER, Ivoni (Org). *Economia no Mundo Bíblico: Enfoques sociais, históricos e teológicos*. São Leopoldo/RS: Cebi\Sinodal, 2006. p. 135-157.
- _____. Patriarcado e economia política: O jeito romano de organizar a casa. In: RICHTER REIMER, Ivoni (Org). *Economia no Mundo Bíblico: Enfoques sociais, históricos e teológicos*. São Leopoldo/RS: Cebi\Sinodal, 2006. p. 72-97.
- _____. Economia de Deus e diaconia: Estratégias de esperança para o mundo (Mt 25, 31-46). In: RICHTER REIMER, Ivoni (Org). *Economia no Mundo Bíblico:*

Enfoques sociais, históricos e teológicos. São Leopoldo/RS: Cebi\Sinodal, 2006. p. 192-213.

_____. *Milagre das Mãos: Curas e Exorcismo de Jesus em seu contexto histórico-cultural*. Goiânia: Oikos, 2008.

SANDERS, E.P. *Judaism: Practice and Belief, 63 BCE-66 CE*. Philadelphia: Trinity Press International, 1992.

SCHWANTES, Milton. *Breve História de Israel*. São Leopoldo, Oikos, 2008.

STEGEMANN, Ekkehard; STEGEMANN, Wolfgang. *História social do protocristianismo: Os primórdios no judaísmo e as comunidades de Cristo no mundo mediterrâneo*. São Paulo: Sinodal\Paulus, 2004.

VERMES, Geza. *A Paixão: A verdadeira história do acontecimento que mudou a humanidade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2007.

VV.AA. *Flávio Josefo: Uma Testemunha do Tempo dos Apóstolos*. São Paulo: Paulus, 2013.

WEGNER, Uwe. Jesus, a dívida externa e os tributos romanos. In: REIMER, Ivoni Richter (Org). *Economia no Mundo Bíblico: Enfoques sociais, históricos e teológicos*. São Leopoldo/RS: Cebi\Sinodal. 2006, p. 111-134.

WENGST, Klaus. *Pax Romana: pretensão e realidade: experiências e percepções da paz em Jesus e no cristianismo primitivo*. São Paulo: Paulinas, 1991.